

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

REQUERIMENTO Nº , DE 2018
(do Sr. Luiz Couto)

Requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de diligência ao município de Alcântara, no Maranhão, para verificar a situação dos quilombolas atingidos pelo Centro de Lançamento de Alcântara.

Requeiro a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de diligência ao município de Alcântara, no Maranhão, para verificar a situação dos quilombolas atingidos pelo Centro de Lançamento de Alcântara.

JUSTIFICATIVA

Na década de 1980 um decreto estadual desapropriou 52.000 hectares do município de Alcântara para implantação do Centro de Lançamento de Alcântara. A área insere-se em um abrangente território étnico que compreende 165 comunidades quilombolas.

Já foram retiradas 312 famílias quilombolas de 32 povoados, remanejadas em agrovilas. Atualmente, o CLA abrange 8.700 hectares. Um acordo para não extensão do atual perímetro foi homologado em sentença judicial em 05 de novembro de 2008.

Ocorre que, em 2017, o então Ministro da Defesa, Raul Jungmann, afirmou que o CLA precisa se expandir em 12 mil hectares para ser economicamente viável. Essa área atinge aproximadamente 50 comunidades quilombolas, no total aproximado de 4 mil famílias.

Além disso, em março de 2018 o Gabinete de Segurança Institucional constituiu Grupo Técnico para “equacionamento” da questão territorial do Centro de Lançamento de Alcântara, com vistas à potencialização do Programa Espacial Brasileiro. Em junho, o Ministro das Relações Exteriores anunciou a retomada das negociações para o uso da base de Alcântara pelos EUA. Dias depois, à véspera da visita do vice-presidente dos EUA ao Brasil, publicou-se o Acordo-Quadro entre Brasil e EUA sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Tem-se, portanto, um quadro que alia a cessão de parte da soberania nacional aos Estados Unidos, em um contexto geral de entreguismo por parte do governo brasileiro, e de outros direitos dos quilombolas ameaçados.

Por essas razões, peço apoio dos nobres para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 2018.

Deputado LUIZ COUTO
PT/PB